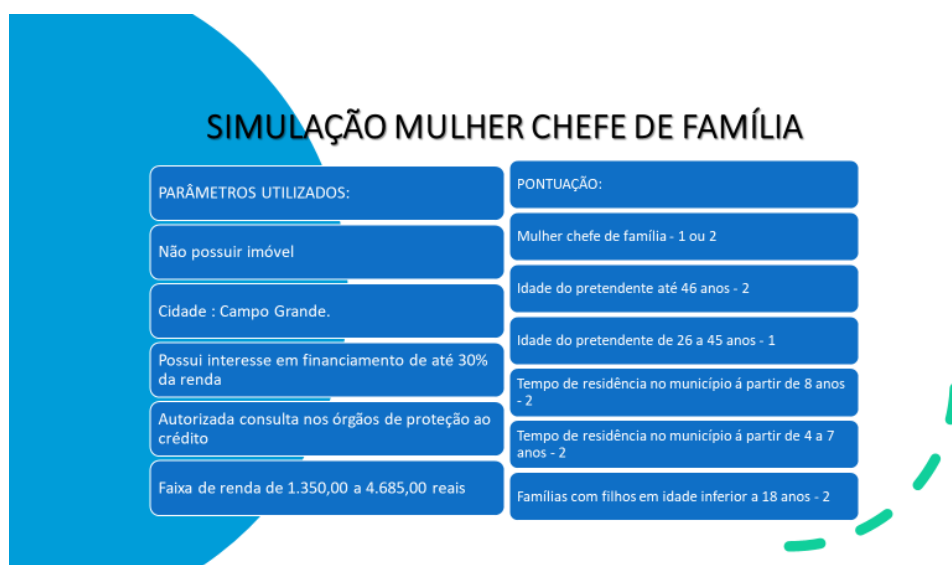


ATA DA 138ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE MS/CEC-MS, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2023, NO AUDITÓRIO DA MS GÁS.

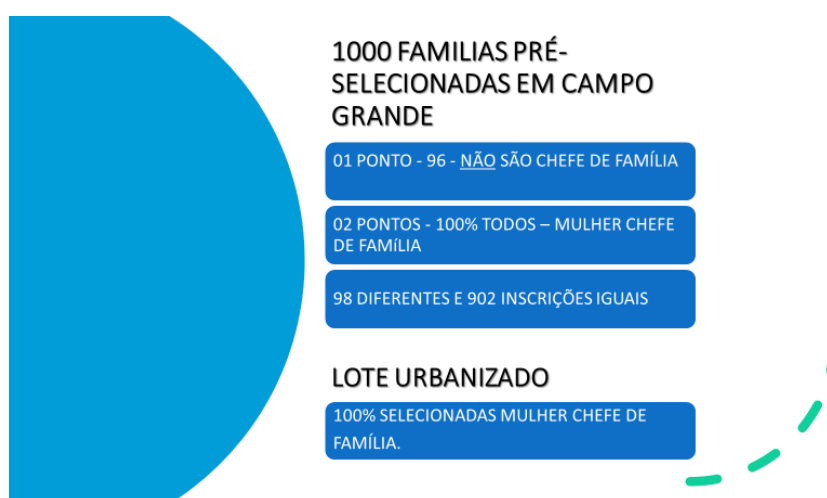
Aos treze dias do mês de abril de 2023, realizou-se a 138ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul - CEC/MS, no Auditório da MS GÁS, Participaram os seguintes Membros: **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Diretora Presidente da Agência de Habitação Popular de MS/AGEHAB-MS; **Inês Pereira Esteves** – Departamento Estadual de Trânsito; **Thiago Barros de Matos** – Caixa Econômica Federal/CEF; **Valdo Pereira de Souza. Edson Ageo Maidana e Auro da Silva** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra, Sônia da Silva Gomes, Almerinda Duarte Gomes e Elza Aparecida Glenzel** – Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia – SAM/MNLM; **Elizeu Pacheco** – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de MS/FETRICOM/MS; **Jorge Tadeu Mastela de Almeida** – Sindicato dos Engenheiros de MS – SENGE/MS; **Kely de Paula de Oliveira** - Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção do Estado de Mato Grosso do Sul/SINDUSCON; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do Brasil/OAB-MS; **Kelly Cristina Hokama** - Sindicato dos Arquitetos de MS/SINDARQ-MS; **Tânia Marques** - Secretaria Executiva do CEC/AGEHAB-MS; **Josiane da Silva Ramalho** – Setor de Cadastro da AGEHAB-MS. A 138ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata da Reunião 137ª; Apresentação dos Critérios e Seleção do Programa Subsidiado e Financiado com recursos do FGTS, para aprovação; Definição de Pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Maria do Carmo** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião e passou para os **Informes**: Primeiramente informou que estamos na expectativa da regulamentação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Também informou que nesta data foi publicada uma regulamentação do FDS, mas que nessa regulamentação só trocou a faixa de renda. Que o limite máximo de subvenção é R\$ 170.000,00. Que não sabemos se está incluso ou não terrenos. Que na semana passada, foi realizada reunião, via vídeo- conferência, com o Secretário Nacional de Habitação, e ele afirmou que mais uns quinze dias sairia a regulamentação do FAR. Que dia 18/04/2023, haverá reunião em Brasília e talvez tenhamos algo mais concreto. Outra informação, foi que recebemos o contato através de vídeo de um Consultor residente em Washington (EUA), que faz parte de uma equipe de especialistas em solução de problemas de alta complexidade do BID. Ele revelou que a equipe identifica pessoas, cada um com determinado perfil, e que foi convidada pelo BID, para compor equipe para buscar alternativas para aluguel social. Que será um grupo de 18 pessoas, cada um com uma missão específica. Que se reunirão de 12 a 16 de junho, e será uma semana de imersão total. O **Conselheiro Elizeu Pacheco** pediu a palavra para também passar uma informação. Divulgou que nesta data a FETRICOM-MS está com atividade no Município de Ribas do Rio Pardo, atendendo uma demanda de 10 mil trabalhadores. Que o município, com a implantação de novas empresas, não tem infraestrutura e não comporta, o número de moradores que

estão chegando para trabalhar nessas empresas, e, que necessita urgentemente de construção de moradias. Relatou que os trabalhadores moram em campo Grande, e se deslocam de ônibus para Ribas do Rio Pardo todos os dias. Que algumas empresas vêm construindo casas para alojarem seus funcionários, com a promessa de futuramente transferir esses imóveis para o município. Que outro agravante da cidade, é a proximidade do lixão. Que tem sido uma situação bastante insalubre quanto a questão de moscas. Também relatou que na semana passada houve reunião no município de Inocência. Que esse município tem oito mil habitantes e também necessita de atenção especial por parte do nosso Conselho, pois, está sendo construída uma das maiores fábricas de papel celulose. Que o impacto do desenvolvimento está sendo grande. A **Senhora Maria do Carmo** argumentou que a questão do município de Inocência, o Governo Estadual está atento. Que realmente, no momento o impacto é relevante, porém, posteriormente os funcionários irão embora da cidade. Que o Governo do Estado fez uma visita ao município, representado por vários Secretários, verificou que já tem uma boa demanda, mas a planta, terraplanagem da fábrica só iniciará as obras em 2024. Que a fábrica Arauto já pagou o estudo de desenvolvimento. Que uma infraestrutura não se constrói da noite para o dia, mas o Governo do estado está dando toda assistência necessária aos municípios de Inocência e Ribas do Rio Pardo. Que é um período sazonal, os municípios irão crescer, mas posteriormente os irão diminuir o fluxo dessas pessoas que hoje estão se instalando nos dois municípios. A **Conselheira Edymar** se manifestou quanto a questão do lixão em Ribas do Rio Pardo. Que essa questão pode ser articulada pelo Conselho. Que o município de Ribas não deve ter consorcio ou aterro sanitário e o Conselho pode fazer recomendação ao IMASUL para verificar os fatos. A **Senhora Maria do Carmo** sugeriu convidar um representante do IMASUL para vir sugerir e/ou apresentar algo sobre o assunto de Ribas, pois é uma questão de saúde pública. Que na verdade, não sabe responder até onde é responsabilidade do IMASUL. A Conselheira Inês divulgou que quando esteve no Município de Ribas para um elaborar trabalho do DETRAN-MS, fez uma ronda e verificou que o problema é saneamento básico, que muitos moradores, sem orientações, foram abrindo foças, poços. Que não adianta construir moradias, que o sistema está contaminado. Que o problema de saneamento urge providências. A **Senhora Maria do Carmo** sugeriu ainda, convidar o Senhor Prefeito de Ribas do Rio Pardo, Senhor João Alfredo Daniese, para ele possa pontuar os gargalos, as reivindicações já protocoladas, o que já está com planejamento de atendimento, e de acordo com seu relato, poderemos saber quais os Órgãos que podemos demandar. Prosseguindo, passou para a **Aprovação da Ata da Reunião 137ª** Comunicou que como de costume a Ata foi encaminhada por e-mail e não houve consideração negativa. Os Conselheiros que participaram da Reunião **APROVARAM** a referida Ata. Dando continuidade, passou para a **Apresentação dos Critérios e Seleção do Programa Subsidiado e Financiado com recursos do FGTS, para aprovação:** Explicou que todos os critérios de priorização para seleção de beneficiários, passaram por este Conselho, e que, para o FGTS, queremos propor uma alteração.

Que em todos os programas, temos uma priorização para selecionar as pessoas mais frágeis e vulneráveis. Após uma profunda análise nos critérios do FGTS, entendemos que precisamos aperfeiçoar o critério de pontuação. Que vamos propor uma alteração, para análise e aprovação dos Senhores Conselheiros. Expôs que os parâmetros e as pontuações utilizadas atualmente, necessitam de revisão, tendo em vista que, estamos selecionando muitas pessoas frágeis, e que quase a totalidade, são as mulheres chefe de família, e o FGTS trata-se de financiamento. Abaixo, expôs uma simulação realizada no sistema eletrônico, no qual no primeiro cenário, foi utilizado 01 ponto para mulher chefe de família, e no segundo cenário, 02 pontos para este critério.

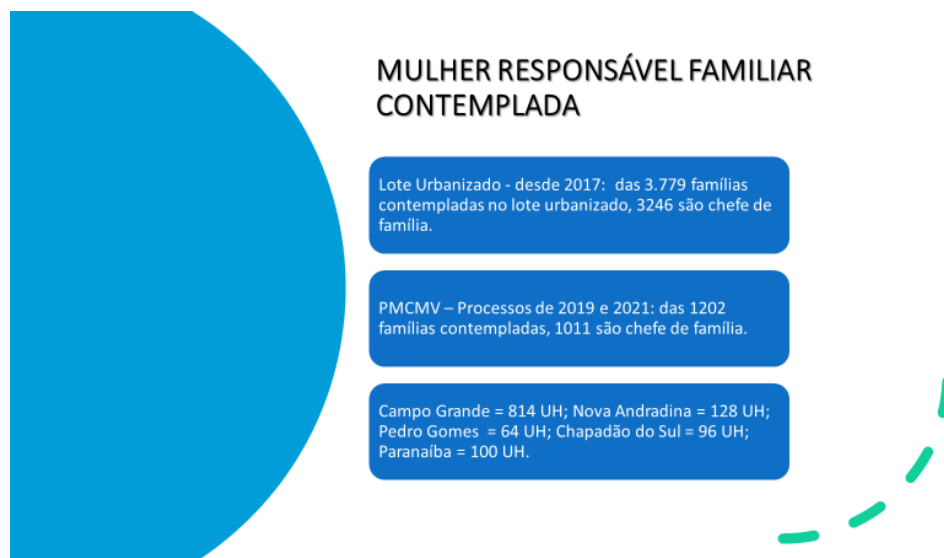


Conforme demonstrado, constatou-se que na primeira simulação, de cada mil famílias, 96 não são mulheres chefe de família, se consideramos 01 ponto. Se considerarmos 2 pontos, 100% são chefes de família.



Alertou que com essa pontuação de critério, estamos selecionando com exclusividade um determinado grupo de famílias. Dessa forma, é importante aperfeiçoar o sistema de pontuação, para darmos oportunidades a outros grupos de famílias. Apontou que nos Programas Habitacionais para baixa renda, são

atendidos grupos mais vulneráveis. A **Senhora Maria do Carmo** comentou que estamos quase que privilegiando em 100% a mulher chefe de família. Que não está errado, mas também não oferece oportunidades para outras famílias que também necessitam de uma casa. Conforme demonstrado abaixo, no Projeto Lote Urbanizado e no Programa MCMV (FAR/Faixa 1), também estamos contemplando o mesmo grupo de famílias



A **Senhora Maria do Carmo** anunciou que a proposta é mudar a pontuação somente nos projetos do FGTS. Fez a proposta para pontuar a família que tem filhos menores. Que atualmente, a regra estipula que seja no mínimo três. Declarou ainda que para critério de desempate, permanecerá o que já está previsto no Decreto nº 14.251 de 28/08/2015, que é: o maior número de dependentes; maior idade e maior tempo de residência no município. Que concluindo, os critérios ficariam da seguinte forma:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	
Mulher chefe de família	1
Idade do pretendente a partir de 46 anos	2
Idade do pretendente de 26 a 45 anos	1
Tempo de residência no município a partir de 8 anos	2
Tempo de residência no município de 4 a 7 anos	1
Famílias com filho(s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos	2

PARÂMETROS DE PRÉ-SELEÇÃO
Não possuir imóvel
Cidade do empreendimento
Possui interesse em financiamento de até 30% da renda
Autorizada consulta nos órgãos de proteção ao crédito
Faixa de renda de 1.600,00 a 6.500,00 reais



Diante dos esclarecimentos a **Senhora Maria do Carmo** perguntou aos Conselheiros se havia alguma dúvida ou questionamentos. Os Conselheiros presentes não tiveram dúvidas e **APROVARAM A PROPOSTA** para alteração do Critério de priorização de beneficiários dos Projetos do FGTS. Prosseguindo a **Senhora Maria do Carmo** passou para **Pauta da próxima Reunião**: Comunicou aos Conselheiros que conforme ficou pactuado na Reunião anterior, a próxima reunião, que ocorrerá no mês de junho/2023, será apresentado o **Projeto das Rotas Acessíveis, desenvolvido pela PLANURB** e complementa a apresentação da Conselheira Inês, **Ações Educativas desenvolvidas no Programa o DETRAN vai onde a Pessoa Idosa está, referentes a Mobilidade Urbana, Acessibilidade, Segurança Viária e Saúde**. Que essa apresentação seria nesta data, e que gentilmente a Conselheira Vera Bacchi, que faria a apresentação cedeu a oportunidade para que pudéssemos solicitar a aprovação dos Critérios de Priorização. Não havendo mais nada a ser tratado, a **Senhora Maria do Carmo** agradeceu a todos e encerrou a reunião às 16:30 horas. Ata redigida por **Tânia Marques**, revisada por **Maria do Carmo Avesani Lopez**.